O desenvolvimento local como processo educativo: a intervenção da associação in loco na serra do caldeirão

Maria Priscila Soares & Alberto Melo

Em uma narrativa, algumas considerações e duas entrevistas

O presente texto constrói-se a partir de uma experiência de terreno ou, por outras palavras, mostra os limites do contexto singular em que esta experiência se desenvolve e também a virtude de estar enraizada num processo de procura quotidiana de soluções possíveis e ajustadas. Não propõe um modelo de intervenção, mas define uma atitude, um modo de abordar a realidade.

O nosso trabalho iniciou-se em 1985, numa zona particularmente desfavorecida e marginalizada, o Nordeste algarvio. Começámos por ser três pessoas e estávamos sediados no Instituto Politécnico de Faro. Fomos crescendo e evoluindo. A nossa equipa chegou a atingir 70 efectivos (mas hoje não serão mais de uma vintena) trabalhando num território que cobre e rodeia a Serra do Caldeirão (cerca de 3500 km2). Desde 1988, ficámos organizados de forma autónoma numa estrutura de cidadãos para o desenvolvimento local, a Associação In Loco.

A Associação In Loco

A Associação In Loco é uma organização sem fins lucrativos, criada na sequência da intervenção do chamado Projecto RADIAL (Rede de Apoio ao Desenvolvimento Integrado do Algarve) que se iniciara três anos antes. Foi reconhecida pelo IEFP, em 1991, como Associação de Desenvolvimento, acreditada como entidade formadora em 1998 e considerada pessoa colectiva de utilidade pública em 2001.

As suas principais finalidades são: (a) o desenvolvimento local entendido como processo de melhoria das condições culturais e materiais de vida das populações, através de iniciativas de base comunitária; (b) a plena valorização dos recursos humanos e materiais do interior serrano do Algarve, em ligação com as populações locais e todas as instituições e personalidades interessadas.

Para prosseguir essas finalidades, a In Loco definiu desde o início como maiores

 · Licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

desafios: (a) promover um desenvolvimento participado, integrado e integral; (b) partir da vontade e saberes dos indivíduos e grupos locais; (c) gerar uma sinergia criativa entre população local e profissionais exteriores, entre organizações de base e serviços públicos, entre tradições e modernidade; (d) apostar num processo de educação permanente, gerador de uma cultura de desenvolvimento, de um projecto social e cultural; (e) conjugar exigências de uma lógica empresarial com valores de qualidade de vida e solidariedade social; (f) assumir uma perspectiva ecológica e de valorização do património natural, social e cultural; (g) criar um espaço de experimentação e afirmação de uma cidadania activa, como fundamento de uma democracia participativa; (h) construir uma Europa que resulte não só de acordos entre Estados e entre grandes empresas, mas também da interacção entre projectos culturais, sociais e económicos de nível local e regional; (i) procurar e ensaiar, pela prática, alternativas de organização socioeconómica, em contraponto ao modelo dominante de globalização, contribuindo para a revitalização de zonas rurais marginalizadas.

O desenvolvimento em meio rural tem sido para a In Loco um processo de formação contínua de quantos [1] nele participam (agentes ou actores locais), estruturado em torno de alguns princípios chave de índole metodológica e estratégica:

1º Princípio: O desenvolvimento como um processo de investigação-acção

2º Princípio: O desenvolvimento como um processo integrado e integrador

3º Princípio: O desenvolvimento como um processo de confronto criativo entre a tradição e a modernidade

4º Princípio: O desenvolvimento como um processo de aprendizagem integrada, em que se aprende fazendo e se aprende para fazer melhor

5º Princípio: O desenvolvimento como um processo de estabelecimento de parcerias

6º Princípio: O desenvolvimento como um processo que requer uma postura de avaliação e de autocorrecção permanente

Neste artigo, colocaremos todo o enfoque na dimensão educativa das actividades promovidas, dimensão essa que sempre esteve presente e foi predominante no trabalho da In Loco, desde os seus primórdios até aos dias de hoje.

O arranque das actividades no terreno

Quatro freguesias foram inicialmente selecionadas para acção imediata e três domínios de acção foram adoptados como pontos de arranque do processo de desenvolvimento local integrado: animação infantil, formação para o autoemprego e apoio às associações locais. Na primeira fase da intervenção, foram convocadas reuniões gerais com as pessoas residentes, que receberam uma forte adesão (60 a 80 participantes em cada uma) de onde resultou a decisão colectivamente assumida de criar no centro de cada aldeia um espaço que proporcionasse acompanhamento, actividades pré-escolares e de tempos livres para as crianças: os Centros de Animação Infantil (ou Casas da Criança, como foram por vezes rebaptizados pela população local).

A equipa RADIAL, após a fase inicial de mobilização e organização, pôde então concentrar-se na tarefa de recrutar e formar os animadores (ver nota de rodapé 1) para estes centros. Dada a falta de perspectivas de emprego para os jovens destas localidades de interior, decidiu-se recrutar entre eles os “para-profissionais” que ficariam encarregados da gestão e animação quotidiana dos 4 espaços então criados, Obviamente, jovens não tinham formação específica para serem considerados “educadores de infância” e a sua escolaridade era geralmente baixa. No entanto, como se pretendia conduzir como regra um processo de aprendizagem contínua, qualquer obstáculo inicial poderia ser transformado em motor de uma promissora inovação. A formação foi então coordenada pela equipa RADIAL e, como a abertura dos centros não podia ser adiada por anos (aguardando que a formação prévia fosse ministrada), surgiu como resposta natural a “formação em alternância”. Este tipo de resposta à necessidade premente de organizar formação para pessoas que têm de iniciar de imediato a sua actividade acabou por se tornar numa “imagem de marca” do Projecto RADIAL e mais tarde também da Associação In Loco, quando a mesma metodologia foi aperfeiçoada e implementada, por exemplo, para a formação de agentes e animadores de desenvolvimento local.

Os animadores dos Centros de Animação Infantil foram, num primeiro tempo, recebidos na Escola Superior de Educação de Faro, onde durante dois dias receberam uma formação preliminar sobre o que seria “trabalhar com crianças”. Na realidade, este conceito era desconhecido das comunidades do interior rural. Cuidar de crianças ou tomar conta delas, sim, mas “trabalhar”? De regresso às suas localidades, os novos animadores já levavam algumas propostas de actividades para desenvolver com os grupos de crianças que os aguardavam.

Entretanto, na equipa central RADIAL, nomearam-se coordenadores para cada um dos 4 centros. Estes elementos deviam acompanhar em permanência o trabalho dos jovens animadores, mantendo contacto pelo telefone e através de uma visita semanal ao centro local. Com esta visita, pretendia-se que o coordenador passasse um dia a observar e apoiar as actividades dos animadores do centro e, no final do dia, se sentassem todos a analisar o que tinha ocorrido de mais relevante. Durante estas visitas, cabia ao coordenador a tarefa de identificar as questões mais problemáticas que justificassem um tratamento mais aprofundado aquando da sessão mensal em sala, onde se reuniam os animadores dos 4 centros, a equipa RADIAL e alguns docentes da ESE convidados para o efeito.

Durante 1986, ao mesmo tempo que os centros infantis locais iniciavam as suas actividades, foram também lançados os primeiros cursos de formação para o autoemprego, nas mesmas localidades. Uma vez que o processo desenvolvido pelas famílias locais e pela equipa RADIAL tinha levado já à abertura dos primeiros centros de animação infantil, várias mães vieram solicitar um outro apoio do Projecto, tendo em vista actividades geradoras de rendimento, pois não havia perspectivas de emprego a nível local, no curto ou médio prazo.

Em todo o seu trabalho de campo, a abordagem RADIAL nunca foi a de começar pelo que faltava às pessoas, pelas suas limitações ou deficiências, mas sim por aquilo que já possuíam e melhor conheciam. Foi este, portanto, o princípio adoptado relativamente às novas formações. Os cursos iniciais eram supervisionados por artesãs locais e incidiam sobre actividades tradicionais (tecelagem, confecção, bordados ou doçaria). O objectivo da formação, no entanto, era o de chegar muito mais longe, logo que o saber local fosse devidamente reconhecido e assimilado pelas jovens mulheres. Incluía módulos de desenvolvimento pessoal, autogestão, trabalho de equipa, técnicas modernas....

Dentro do âmbito das actividades da In Loco, desde a sua criação, podemos agora destacar – para melhor analisar as características dos seus processos de formação – dois projectos de grande importância estratégica. Numa primeira fase, as acções de formação (de longa duração) para o autoemprego, visando o lançamento de iniciativas económicas geradoras de rendimento. Mais tarde, e já enquadrada no programa europeu LEADER, a formação em alternância para animadores territoriais de desenvolvimento local integrado, tendo em vista a concepção e concretização de um projecto de desenvolvimento para toda a zona serrana, que fosse devidamente compreendido e assumido pelas populações locais e alicerçado nos empreendimentos individuais apoiados em paralelo pelos fundos europeus.

Formação para a Produção

Uma análise sumária da situação do interior algarvio conduziu-nos de imediato a três pontos essenciais para o desenho de uma estratégia de intervenção voltada para o desenvolvimento, em geral, e para a formação profissional e a criação de emprego, em particular: (a) ausência de uma perspectiva de desenvolvimento por parte da população local; não seria de esperar outra coisa de comunidades envelhecidas, marcadas pelo isolamento geográfico e cultural, pela descrença, pela dependência do exterior e do Estado; (b) papel central desempenhado pela mulher na manutenção da vida social e económica; é ela quem assegura a educação das crianças, que cuida dos idosos, que toma conta da casa, que vela pelo orçamento e pela propriedade da família; (c) ausência de estruturas empresariais ou de serviços públicos susceptíveis de gerar a criação significativa de postos de trabalho.

Numa perspectiva de desenvolvimento da área interior do Algarve, foram pensados e organizados cursos de formação profissional como projectos de criação de pequenas unidades produtivas. Sendo as mulheres os elementos mais disponíveis e motivados, foi com elas que trabalhámos de início. Não terá sido propriamente uma opção, mas revelou-se uma experiência rica e cheia de potencialidades. Dado o papel essencial das mulheres como elementos estruturantes da vida familiar e social nestas comunidades, os cursos foram concebidos e concretizados de modo a favorecer a descoberta e amadurecimento pessoal de cada participante, a par da sua formação profissional.

Numa zona de economia de base familiar, ancorada no passado e visando apenas assegurar a subsistência no presente, não havia muito lugar para projectos de desenvolvimento, muito menos colectivos. No entanto, quando se pretende evitar o despovoamento, torna-se imprescindível criar as bases de uma cultura de desenvolvimento e de uma sociabilidade mais alargada. Os cursos procuraram, portanto, constituir-se como espaços de reflexão e de tomada de decisões em colectivo, como projectos voltados para o futuro e ainda como um meio de transformar cada formanda num agente de desenvolvimento no interior da sua comunidade.

Desde 1987, em cinco anos, foram assim lançados na zona serrana do Algarve sete projectos de formação profissional e criação de emprego para mulheres: (1) Curso de Tecelagem Manual (Cachopo); frequentado por sete elementos, resultou na criação de uma unidade produtiva constituída por seis mulheres (“A Lançadeira”); (2) Curso de Confecção e Modelagem (Martinlongo); frequentado por cinco

elementos, resultou numa unidade de produção constituída por todas as formandas (“Linha Serrana”); (3) Curso de Bordados e Bonecas de Juta (Martinlongo); frequentado por nove mulheres, resultou numa empresa constituída por todas as formandas (“A Flor da Agulha”); (4) Curso de Doçaria (Azinhal); frequentado por seis elementos, três das quais se associaram numa empresa de produção (“A Prova”); (5) Curso de Malhas e Técnicas Associadas (Cachopo); frequentado por seis elementos, dos quais quatro se agruparam num colectivo de produção (“Malhas de Cachopo”); (6) Curso de Brinquedos e Jogos em Madeira (Alte); frequentado por seis mulheres, que se constituíram numa unidade produtiva (“Da Torre”); (7) Curso de Produção, Apanha e Transformação de Plantas Medicinais e Aromáticas (Martinlongo); frequentado por sete mulheres, que se organizaram depois em três grupos de produção.

Qualquer processo de formação requer diversos agentes e uma organização eficaz. Nos cursos organizados pela In Loco, sempre se recorreu a um animador local, a vários formadores externos, a um supervisor da formação, associados num colectivo chamado Gabinete Técnico.

O monitor local é o formador que acompanha pessoalmente o grupo durante todo o curso. Pertencendo à própria comunidade (embora nem sempre se pudesse garantir que assim fosse), contribui com os seus conhecimentos e saber-fazer tradicionais. É o monitor que no dia-a-dia ajuda a resolver problemas técnicos e a ultrapassar conflitos, quem enquadra as actividades práticas que facilitam a apropriação pessoal dos conhecimentos fornecidos pelos outros formadores.

Os formadores externos não podem fornecer a sua matéria como o fariam em qualquer outro lugar, nem limitar-se a vertê-la numa versão esquemática e simplista, como tentativa de evitar as dificuldades de aprendizagem por parte de formandas com um baixo nível de escolarização e há muito afastadas da escola. Veiculando uma cultura exterior, moderna, cabia aos formadores externos garantir as condições da sua assimilação, como meio de valorização pessoal, como componentes de formação profissional, como elemento de um projecto de constituição empresarial, como factor de renovação cultural.

O Gabinete Técnico reunia todos os formadores com periodicidade regular (mensalmente, quando possível), permitindo a definição conjunta de um projecto de formação e o constante enquadramento da sua concretização. Em colectivo, os formadores procuravam integrar as várias componentes de formação, discutir as questões metodológicas, analisar as dificuldades de aprendizagem e procurar

soluções para as ultrapassar, planificar as actividades e avaliar o progresso. Se o Gabinete Técnico era a instância que procurava assegurar a formação como processo integrado e integrador, cabia ao supervisor, através de um trabalho de coordenação e de animação permanente, transformar este processo num projecto vivo, mobilizador, viável.

No seu conjunto e em interacção, as várias matérias procuravam fornecer um conhecimento alargado e organizar uma experiência significativa, possibilitando e facilitando: (a) a descoberta e o amadurecimento pessoal de cada formanda; (b) a descoberta da realidade grupo e o controlo dos seus mecanismos de funcionamento; (c) o conhecimento da cultura local, com incidência nos aspectos que constituíam objecto do curso; (d) a sensibilização para a problemática do desenvolvimento da zona; (e) a obtenção dos conhecimentos teóricos necessários ao enquadramento do projecto e à compreensão das técnicas utilizadas; (f) o domínio das técnicas específicas; (g) a aprendizagem e ensaio da gestão empresarial, incluindo uma iniciação à actividade de comercialização; (h) o desenvolvimento da capacidade de criação; (i) a concepção e testagem de novos produtos.

A formação das participantes comportou diversos tipos de aprendizagem e realizou-se em espaços e tempos muito variados. A par das sessões de índole mais teórica (um módulo sobre microbiologia, por exemplo), realizavam-se: (a) actividades de pesquisa no terreno (ex: levantamento das utilizações terapêuticas tradicionais das plantas), (b) experimentação (fabrico de tintos com um produto novo ou a testagem de uma receita nova), (c) exercícios de criação (estabelecimento de uma paleta de cores para a produção de amostras de tecido ou desenho de motivos para peças bordadas, a partir de formas decorativas da arquitectura local), (d) gestão da unidade produtiva embrionária (organização da produção, controlo de qualidade dos produtos, manutenção de uma escrita corrente, etc.), (e) prática dos contactos externos (com instituições, com fornecedores, com clientes), (f) controlo das técnicas específicas de cada curso (domínio das máquinas de carpintaria ou de confecção, preparação de doces, trabalho no tear, etc.).

Também os espaços e os tempos em que se efectuaram as aprendizagens foram diversificados. Aprendia-se no interior do espaço destinado ao curso, mas também na aldeia, em contacto com a população e com o seu meio físico e cultural. Fizeram-se visitas de estudo, permitindo conhecer outras experiências, ida a museus, descoberta de cidades, contactos com possíveis fornecedores de matérias primas e equipamentos. Houve participação em feiras e exposições, no Algarve, no resto do

país, além-fronteiras. Visitaram-se estabelecimentos e clientes, com vista à comercialização dos produtos, discutindo preços, prazos, condições de entrega e de pagamento.

É de referir ainda um importante instrumento de formação e registo – o Dossier de Formação, essencial para a assimilação e integração das várias aprendizagens e para a criação de uma memória, capaz de restituir o processo e o percurso efectuados. Cada formanda organizou o seu próprio Dossier, coligindo todos os elementos referentes à sua participação no curso: textos teóricos entregues pelos formadores, desenhos, cálculos, exercícios realizados, ensaios e amostras, relatórios de viagens, contactos, idas a feiras, fichas de avaliação, textos mais pessoais, fotografias…

Cada curso organizou-se em torno de uma ideia simples mas plena de consequências: a formação deve ser estruturada em função de um projecto concreto, o da transformação do grupo de participantes numa ou mais unidades produtivas. E este projecto tinha de ser posto em marcha desde o primeiro dia de formação.

A Metodologia de Projecto é, na verdade, um instrumento fabuloso que permite transformar uma situação de formação profissional num processo vivo, numa “coisa real”. No entanto, um enfoque excessivo na criação de empresa pode conduzir o grupo a um pragmatismo produtivista, que o leve a recusar aprendizagens aparentemente desligadas desse objectivo final. Só a concepção cuidada do programa de cada componente em função de um projecto global de formação, a integração constante dos módulos e actividades das diferentes componentes durante a implementação do curso e a avaliação permanente do processo entre todos os formadores e formandos pode evitar o referido reducionismo.

A Metodologia de Projecto conduz, na prática, a uma pedagogia de situação. Sem prejuízo das planificações estabelecidas, tem de se aproveitar o momento em que uma necessidade se apresenta ou um problema se manifesta para desencadear o ensino-aprendizagem de um conteúdo, de uma técnica, de uma metodologia. A dinâmica de grupo não é normalmente desenvolvida em situação de “faz de conta”, aproveitam-se as situações em que é preciso resolver um conflito, tomar uma decisão, transpor um obstáculo à boa comunicação entre os participantes…

 · Licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

Formação para a Animação

O Projecto de Formação de Animadores Locais de Desenvolvimento Integrado foi uma iniciativa destinada a assegurar uma formação em alternância a 27 agentes (entre 1992 e 1993; e a 12, em 1994) com uma área de intervenção correspondente a 27 freguesias (sendo 17 do interior do Algarve e 10 no Sul do Alentejo).

Os Animadores Locais de Desenvolvimento Rural Integrado intervinham no âmbito do Projecto de Apoio à Revitalização Rural Integrada na Serra do Caldeirão (ARRISCA), projecto desenvolvido pela Associação In Loco no quadro do programa europeu LEADER, e constituíram uma peça chave no processo de sensibilização e dinamização das populações residentes e de concepção, lançamento e acompanhamento de iniciativas e projectos locais.

Procurando dar resposta às necessidades de intervenção, este projecto de formação prosseguiu, como finalidade central, a sensibilização e capacitação técnica dos animadores locais para o desenvolvimento rural integrado, entendido como um processo de desenvolvimento equilibrado de todos os recursos endógenos do território, a realizar com a participação activa e consciente das populações residentes, numa perspectiva de integração permanente das vertentes económica, social, cultural e ambiental.

Para tal, o projecto de formação definiu os seguintes objectivos gerais: (a) dotar os animadores locais dos conceitos e modelos específicos ao desenvolvimento rural integrado; (b) fornecer os conhecimentos técnicos necessários a uma intervenção adequada no quadro de um projecto de desenvolvimento integrado e participado; (c) possibilitar aos animadores o conhecimento aprofundado das instituições, órgãos de poder e serviços públicos parceiros no processo de desenvolvimento; (d) favorecer a emergência de uma consciência ecológica capaz de conduzir os animadores à formulação de projectos contendo claramente a componente de defesa e valorização ambiental; (e) propiciar a compreensão da necessidade e vantagens de uma actuação concertada entre os vários serviços e órgãos de poder, entre os vários actores locais e entre os técnicos exteriores e a população local.

Tendo ainda adoptado como objectivos específicos: (a) fornecer aos animadores a informação técnica e institucional necessária à concepção e encaminhamento de projectos e iniciativas locais; (b) propiciar aos animadores o saber-fazer imprescindível ao enquadramento de projectos e iniciativas locais; (c) criar uma

rede de intercâmbio e de entreajuda integrando todos os animadores locais da zona de intervenção; (d) criar um corpo de técnicos especializados capaz de apoiar de forma eficaz a acção dos animadores locais.

Este projecto desenrolou-se através de um esquema muito flexível de formação em alternância, assente em duas componentes essenciais: (a) acompanhamento individualizado permanente, no terreno, de cada animador local e dos projectos e iniciativas por estes apoiados; (b) organização de módulos de formação sobre temas específicos dirigidos ao colectivo de animadores locais.

O projecto de formação assentava em quatro ideias-força: (a) uma formação em alternância; (b) uma metodologia de projecto; (c) uma pedagogia de situação; (d) uma dinâmica de cooperação.

Desta feita, a formação em alternância não resultou de constrangimentos do contexto em que a Associação In Loco intervinha, mas de uma escolha clara e decidida. O facto de os formandos se encontrarem numa situação de trabalho, isto é, de serem animadores locais de desenvolvimento rural integrado (a tempo inteiro ou a tempo parcial), tornou possível detectar as necessidades reais de formação, possibilitou a adequação dos conteúdos previamente fixados em função das situações concretas vivenciadas pelos formandos, despertou neles uma maior apetência pela formação – vista, assim, como um processo orgânico de crescimento pessoal e como a possibilidade de se dotarem de instrumentos necessários à resolução dos problemas colocados pela sua prática profissional corrente.

Pode pois falar-se, também aqui, de uma metodologia de projecto, dado que toda a formação se baseava num processo de aquisição, organização, aplicação, reelaboração e integração de conhecimentos teóricos, técnicos e práticos, através do progressivo desenvolvimento de um projecto de intervenção social, que a cada momento possibilitava, estruturava e dava sentido ao percurso efectuado e às aprendizagens realizadas. A metodologia de projecto propiciava, deste modo, uma dialéctica permanente entre teoria e prática, entre produção do saber e intervenção de terreno, entre desenvolvimento pessoal e investimento social.

Destinado a formandos em situação de trabalho e proporcionando um apoio individualizado aos animadores locais, através de deslocações frequentes dos formadores ao terreno, o projecto de formação recorreu assim a uma pedagogia de situação, procurando tirar partido do potencial pedagógico das mais diversas situações geradas pelo processo de intervenção. Tratou-se, pois, de uma

metodologia muito participada, em que cabia aos formandos um papel essencial na definição permanente das necessidades de formação, tornando possível uma constante adequação dos conteúdos e instrumentos pedagógicos. Simultaneamente, sempre se pretendeu que a formação constituísse um processo integrado e integrador.

O projecto de formação, obviamente, integrou mecanismos de avaliação continuada, associando formadores e formandos no mesmo esforço de análise, de melhoria e de aprofundamento do processo. Procurou avaliar-se os aspectos específicos da formação e também os aspectos da intervenção conduzida pelos animadores locais nos respectivos territórios. A avaliação foi sempre participativa, tendendo à autocorrecção do processo e não à apreciação quantitativa dos formandos. Para esse efeito, foram produzidos instrumentos que funcionavam, ao mesmo tempo, como meios de registo e como suporte do esquema de avaliação: fichas-diário, fichas de síntese sobre o trabalho realizado num determinado período, fichas de acção de formação, escalas de avaliação, grelhas de autoavaliação, etc.

Uma primeira entrevista

Já em “Cadernos A REDE”, nº 2, publicados pelo Projecto RADIAL em Novembro de 1988, o Coordenador deste Projecto, Alberto Melo, procurara fazer a demonstração da natureza essencialmente educativa do Desenvolvimento Local, como fica patente na seguinte “auto-entrevista”.

Afinal o que tem a ver uma passagem de modelos, a elaboração de um catálogo de produtos ou a constituição de sociedades por quotas com um Projecto sediado na Escola Superior de Educação?

Definimo-nos à partida como um Projecto de Acção-Investigação-Formação e mantemos, passados três anos, o compromisso com esta aposta de prosseguir um Projecto que é fundamentalmente educativo e que, por isso mesmo, deve assentar nestes três pilares. Conceber e executar um projecto de educação numa zona em crise cultural e económica, como é a Serra Algarvia, exige uma ruptura radical com os padrões convencionais baseados em espaços especializados para o ensino, numa relação unidireccional professor-aluno, e em programas de estudo pré-estabelecidos. Se a acção educativa não pretende ser apenas uma mera extensão institucional, isto é, a escola e respectivos profissionais alargando a clientela para os seus produtos inalterados; se a acção educativa visa comparticipar, de forma pertinente, no leque de respostas reclamadas por uma situação-problema, torna-se

imperioso, à partida, fazer um diagnóstico o mais correcto possível dessa situação. Não é, pois, possível iniciar de imediato actividades formalizadas de ensino, que não poderiam senão reproduzir os interesses, as motivações, os saberes adquiridos e não questionados dos próprios docentes, sem a preocupação de uma real adequação à situação sobre a qual se pretende intervir, sem a humildade de assumir a posição do "fornecedor de respostas parciais" face à "encomenda" que, de forma mais objectiva (através de estudos de caracterização) ou mais subjectiva (através de pedidos expressos pelos próprios destinatários), só é realmente definida nos locais e nos momentos de intervenção.

O que é necessário, acima de tudo, é criar *situações educativas*, contextos dinâmicos em que se insiram grupos significativos (em número e em qualidade), em torno de problemáticas que toquem efectivamente a vida das pessoas e possuam potencialidades de aprofundamento constante, nas áreas do cognitivo, do estético, do afectivo, da sociabilidade, etc. Ora, para que se criem estas situações educativas, o ponto de partida (uma vez efectuado o diagnóstico prévio) quase se poderia dizer que é indiferente, na condição de reunir o interesse de um grupo local.

Nos casos concretos dos locais de intervenção do Projecto RADIAL, nos primeiros três anos, estes pontos de partida foram, por um lado, o isolamento das crianças do interior e a consciência, por parte das respectivas famílias e comunidades, de que necessitavam, para um desenvolvimento pessoal mais completo e harmonioso, de um apoio complementar àquele que lhes é dado pelas escolas; por outro lado, a situação geral de subemprego dos adultos (em particular, das mulheres) e de desemprego dos adolescentes e a necessidade de criação de novas actividades económicas no interior, se quisermos resistir à desertificação demográfica em curso nos últimos 30 anos.

Fala-se de "destinatários", de "intervenção"... Não se vislumbram aqui perspectivas voluntaristas, em que o sujeito da acção é afinal de contas o agente exterior e não a população local?

Sim, é um facto que, honestamente, não queremos camuflar. As populações de meio rural onde actuamos estão isoladas, marginalizadas, dos eixos centrais da reprodução do capital, dos circuitos de informação e de tomada de decisão. Encontram-se, de uma maneira geral, numa situação de profunda crise cultural e social: cultura tradicional em declínio, modernidade mal assumida, consciência de que a sua economia presente não tem futuro nem opções visíveis. Neste contexto,

contar unicamente com a espontaneidade local não produzirá os melhores resultados. O desenvolvimento endógeno, a valorização dos recursos locais (tanto humanos como naturais) passa, paradoxalmente, pelo requisito prévio da intervenção externa. O fulcro da questão estará agora na natureza e no impacto futuro dessa intervenção. Se ela se fizer, ou for vivida localmente, como assistência prestada pelos serviços a comunidades em crise, ficaremos sempre numa situação bloqueada: por um lado, os assistidos, e cada vez mais dependentes, residentes locais e, por outro lado, os funcionários, cujos serviços se auto-perpetuam, justificando-se na prestação de uma ajuda constantemente indispensável. Se a intervenção for realizada por iniciativa privada de fim lucrativo, tomará a forma de grandes investimentos na capitalização de recursos naturais locais e na despromoção dos recursos humanos a assalariados sem qualificação. Esta via já foi tentada em certos meios rurais – a da introdução de equipamentos fabris de trabalho intensivo para aproveitamento de mão-de-obra abundante e barata – mas está hoje fora das estratégias socioeconómicas da era pós-industrial. Por isso, a iniciativa privada irá invadir a Serra Algarvia em nome da diversificação do Turismo, apostando essencialmente nas coutadas de caça. Comprará terras, procederá ao emparcelamento do minifúndio serrano e empurrará os locais para fora dos seus espaços tradicionais, mantendo um ou outro como guarda de caça, como empregado de restaurante ou mulher da limpeza. A terceira via, nesta situação, é a de uma tomada de consciência, por parte das populações locais, do que está em jogo quanto a futuros possíveis e a presentes transformáveis: muita informação, muito debate, novas organizações, a aceitação de que os problemas hoje vividos de forma individual e isolada só aceitam soluções de conjunto, que forçam à comunicação, à cooperação, às alianças, a projectos comuns. Esta, sim, é a via do desenvolvimento endógeno, visando a valorização plena, tanto dos recursos humanos locais como dos naturais. E, por isso, o desenvolvimento endógeno é, antes de mais e acima de tudo, um processo educativo profundo e duradouro, que exige e provoca as situações educativas já mencionadas.

Regressamos aqui à pergunta formulada. Se a estratégia adoptada foi efectivamente de desenvolvimento endógeno, isto é, se estiver em marcha um processo educativo com impacto real junto das populações, então, a curto ou médio prazo, os “destinatários” transformar-se-ão em “participantes” e o Projecto – que era na origem de “intervenção socioeducativa” – passará a ser de “inter-acção socioeducativa”, em que elementos locais e elementos externos serão essencialmente parceiros, associados de um projecto comum que os une e equipara. No caso do Projecto RADIAL, podemos mesmo dizer que tivemos

Institut Paulo Freire de Espanya · https://www.rizoma-freireano.org/o-desenvolvimento-local-como-processo-educativo-a-intervencao-da-associacao-in-loco-na-serra-do-caldeirao/ · Licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

participantes locais, desde o início, mas o número de participantes e o nível de participação têm vindo a aumentar constantemente.

Sendo o Projecto subsidiado pela Fundação Bernard van Leer, instituição limitada pelos estatutos ao apoio à criança, prioritariamente de menos de 8 anos, como se justifica a integração deste tipo de actividades dentro do RADIAL?

Por três ordens de razões. Em primeiro lugar, porque numa zona demograficamente em crise como a da Serra Algarvia, qualquer projecto de intervenção que adoptasse uma dimensão burocrático-sectorial, reservando-se exclusivamente às actividades de apoio às crianças com menos de oito anos, arriscar-se-ia a médio prazo a ter de fechar as suas portas por falta de crianças desse grupo etário. Os jovens adultos, por falta de projectos locais, partem, procurando o emprego e as condições de vida do litoral e aí constituem família. Em segundo lugar, porque, pretendendo o Projecto participar na resposta à situação-problema "desertificação da Serra", o trabalho com as crianças surge necessariamente integrado numa perspectiva global e globalizante de Educação Comunitária: quanto mais confiante na sua própria cultura e nos demais recursos locais se encontrar uma comunidade rural, mais enriquecedora e potencialmente educativa será a convivência quotidiana de cada criança na sua família e no seu local de residência. E, por outro lado, operando agora no longo prazo, as actividades de conhecimento do meio, que são constantes dentro dos Centros de Animação Infantil, deverão permitir à criança desenvolver laços cada vez mais profundos com a sua terra e com a cultura do seu meio de origem, construindo assim uma vontade e uma capacidade de lutar futuramente pela sua sobrevivência.

Há ainda a acrescentar, por fim, que no desenrolar das actividades associadas ao "Desenvolvimento Local como Educação", o Projecto RADIAL não opera isoladamente; muitos têm sido efectivamente os apoios encontrados para esta finalidade, permitindo assim uma concentração dos fundos da Fundação van Leer na vertente "Animação Infantil" propriamente dita. A aposta no desenvolvimento endógeno para a Serra Algarvia exige, de facto, o retomar da noção de "*Rede*" (já lançada em 1986, ao dar o nome à publicação periódica do Projecto), como intercâmbio de informações e de análises, como sinergia de esforços entre pessoas, grupos e organizações, a nível local, regional, nacional ou no estrangeiro, de natureza pública, empresarial ou associativa, com vocação cultural ou económica…

O desenvolvimento como processo educativo? Onde podemos observar momentos de Educação de Adultos no decurso das actividades que, desde o início de 1986,

trouxeram pequenos grupos de mulheres de aldeias da Serra até ao limiar da criação de empresas?

Vivemos a Educação de Adultos, não como a situação em que uma pessoa ensina algo a outrem, numa relação de face-a-face, mas sim como aquela em que todos aprendem, uns com os outros, e pela auto-formação, graças à inserção comum num processo que é gerador de curiosidade e de novos conhecimentos, de novas atitudes. Digamos, para ilustrar o contraste, numa relação de ombro-a-ombro. Por isso, ao evocarmos os momentos que consideramos legitimamente como de Educação de Adultos, teremos de abranger, entre os sujeitos do processo educativo, todos os seus intervenientes, de forma mais ou menos directa. As situações educativas que surgem num processo de intervenção, tal como é o Projecto RADIAL, têm envolvido tanto os funcionários da Fundação van Leer ou dos serviços da administração pública portuguesa operando regionalmente, os docentes do Instituto Politécnico de Faro e de outros estabelecimentos de ensino, os elementos da equipa central do Projecto e os muitos técnicos exteriores convidados a participar, como as populações locais – animadores dos Centros de Animação Infantil, participantes dos Cursos de Formação para o Desenvolvimento, dirigentes das associações, autarcas, famílias, crianças ou simples observadores das iniciativas em curso.

Para a equipa do Projecto e para todos aqueles que têm, de perto ou de longe, procurado colaborar, a aprendizagem inicia-se com a sua plena disponibilidade para a experimentação, com o reconhecimento assumido de uma inevitável incompetência própria perante a diversidade e a complexidade dos problemas a encarar, com as necessárias abertura e curiosidade face a situações inéditas que irão sucedendo. Embora recusando *a priori* a função de “docente”, de formadores, a equipa deve aceitar, porém, o encargo de revelar e explorar todas as potencialidades educativas de tais situações, como ainda o de definir momentos privilegiados de trabalho formativo mais estruturado e de os coordenar concomitantemente, dentro de uma coerência que se vai construindo. A acção permite a eclosão de situações de grande potencial educativo. A investigação leva a uma melhor definição dos métodos e dos conteúdos que actualizam tal potencial, através de acções de formação. Estas, por sua vez, estarão direccionadas para a multiplicação e o aprofundamento das acções de intervenção…

Quanto aos participantes directos das actividades em que se integra o Projecto, a nível local, a sua inserção no processo de desenvolvimento local tem provocado inúmeros momentos e situações de inegável dimensão educativa, desde a

aquisição de técnicas, saberes, informações, até ao assumir de atitudes propícias à melhoria das condições pessoais e colectivas de vida. Desde o momento inicial de constituição voluntária de grupos para a organização de cursos breves de educação básica de adultos, em torno da transmissão de técnicas simples, até à hora actual, em que estão na forja 3 empresas, a criar de forma autónoma por colectivos de mulheres serranas, o processo educativo desenrolou-se numa multiplicidade de formas e de conteúdos. Fruto de uma cuidada programação (o que não impede uma grande flexibilidade) o trabalho educativo, em que estão participando equipa do projecto e populações do meio rural algarvio, justifica plenamente a abertura de uma fase ulterior centrada num balanço global – a partir da informação e reflexão acumuladas – capaz de reconstituir, de analisar, de avaliar a sucessão de situações vividas, de soluções tentadas, de resultados obtidos, de representações imaginadas, de conhecimentos adquiridos, de saberes criados, de atitudes alteradas, de valores questionados…

Em constante movimento, a partir da situação de mulher em meio rural até à situação de membro de um grupo em formação e, mais tarde, de um grupo voltado para a produção, passando por funções de apresentação e promoção de produtos perante visitantes externos, clientes, entidades oficiais, assumindo tarefas de organização e gestão, arriscando inovações, explorando a criatividade, contrastando ou integrando projectos próprios e dinâmica social circundante, aceitando riscos financeiros, arrostando mal entendidos e provocações, enfrentando com frequência a descrença ou a resistência dos mais próximos, as participantes destas actividades – ao atingirem em breve a nova etapa de construção de empresa – estarão a demonstrar claramente a dimensão educativa do percurso que realizaram.

Na verdade, o desenvolvimento local é, antes de mais, uma vontade comum de melhorar o quotidiano. Essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para construir um melhor futuro. É aquilo a que se chama frequentemente a “cultura do desenvolvimento”: a situação atingida por uma população ao sentir-se capaz e ao capacitar-se para analisar os problemas actuais, para pôr em equação necessidades e recursos, para conceber projectos de aperfeiçoamento e para, enfim, visar com estes projectos finalidades de desenvolvimento global – tanto pessoal como colectivo, tanto económico como cultural e sociopolítico. Tem sido possível chegar a este estádio através de processos de interacção entre populações locais e animadores / investigadores do exterior, entre expressões de cultura local e de cultura mais técnica e erudita, que

levem à construção de zonas de gradual autonomia (mas não autarcia) onde se ordena o espaço e se programa o tempo segundo uma vontade localmente definida, em que a economia visa a satisfação de necessidades efectivamente sentidas. São situações que, apesar de todas as dificuldades inerentes, tanto de ordem interna como de ordem externa, estão ainda ao alcance de certas populações até hoje deixadas à margem dos grandes eixos de acumulação de capital (as chamadas "zonas periféricas", no vocabulário da Comissão das Comunidades Europeias).

Daí a importância única dos "enclaves" do meio rural, onde ainda é hoje possível demonstrar alternativas às maneiras de estar no mundo actual, recusar a massificação e a passividade perante o modelo hegemónico, alienante, anti-humanista e anti-cultural, fragmentário e reducionista, que transforma o cidadão num feixe de papeis sociais e que relega a economia a um função de contabilidade abstracta ao serviço da finança. As centenas de projectos, de nível local e micro-económico, que se multiplicam pelos doze países da CEE, são outras tantas "experiências pedagógicas" de aposta no desenvolvimento de personalidades e de comunidades e que, devidamente analisadas, avaliadas e disseminadas, poderão vir a marcar decisivamente a Cultura do Desenvolvimento e o Desenvolvimento da Cultura nas próximas décadas. Destas zonas, hoje em crise, pode nascer a oportunidade de novas vias. E termino com duas citações à laia de ilustração. Li há pouco tempo que dois caracteres chineses representam a expressão "crise", um que significa "perigo" e o outro "oportunidade"… Lembro-me aqui também do que dizia há uns anos, num curso de educação popular, um camponês do Brasil nordestino: "é preciso encontrar a saída onde ainda não há porta…".

ALICE, um projecto estruturante e uma segunda entrevista

O Projecto "Acções Locais Integradas para a Criação de Emprego (ALICE) foi concebido e implementado pela Associação In Loco (em parceria com 13 entidades locais) e financiado pelo Artº 6º do Fundo Social Europeu. Desenvolveu-se entre Julho de 1996 e Outubro de 1999. Estabeleceu como finalidade central a instalação e funcionamento de uma rede de agências e agentes capacitados para, a nível local, levar a cabo um processo simultâneo de satisfação de necessidades existentes e de criação de empregos. Na prática, esta finalidade passou por: (a) formação de 13 animadores locais e também de dirigentes de 13 entidades locais (Associações ou Juntas de Freguesia); (b) criação de uma rede entre a In Loco e as associações locais; (c) criação em cada entidade local de uma valência de apoio à criação de emprego; (d) lançamento em cada um dos treze territórios de

Institut Paulo Freire de Espanya · https://www.rizoma-freireano.org/o-desenvolvimento-local-como-processo-educativo-a-intervencao-da-associacao-in-loco-na-serra-do-caldeirao/ · Licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

intervenção de, pelo menos, um projecto de criação de emprego.

Entre as principais actividades realizadas, contam-se a caracterização dos territórios, reuniões locais, apoio a projectos locais de criação de emprego, produção de boletins locais e, obviamente, formação.

ALICE foi um dos projectos estruturantes da actividade da In Loco, possibilitando a formação dos animadores, preparando a sua inserção profissional, favorecendo a capacitação de associações e outras entidades locais para a criação de emprego e para o funcionamento em parceria, preparando-as para assumir responsabilidades mais alargadas na promoção do desenvolvimento ao nível do respectivo território.

Em Março de 1999, o Jornal da Serra, publicação da In Loco, fez a seguinte entrevista com a Coordenadora do Projecto ALICE, Priscila Soares.

A animação Local enquanto estratégia da Associação In Loco surgiu antes do projecto ALICE. Quando e porque razão se avançou com a Animação Local? Que objectivos procurou alcançar e que necessidades tenta suprimir?

Sempre tivemos a noção que esta componente da animação era muito importante, mas até ao arranque do LEADER I, não havia meios para fazer animação de uma forma sistemática e continuada. Só com o LEADER I é que foi possível concretizar uma ideia que esteve sempre presente. Há, por um lado, um investimento intensivo a fazer com pequenos grupos (produtores, artesãos, mulheres, jovens…) investimento em termos de formação, apoio ao lançamento de iniciativas, criação de pequenas empresas… mas estes grupos terão dificuldade em avançar com os seus projectos e em afirmar a sua diferença se o ambiente local for hostil. Assim, a par desse investimento intensivo em grupos mais restritos, há necessidade de um investimento mais extensivo, a que chamamos Animação. A Animação destina-se a criar uma cultura de desenvolvimento e um ambiente favorável à emergência de iniciativas, projectos, à circulação de informação, à abertura a ideias novas. A Animação é fundamentalmente isso.

O ALICE permitiu continuar um trabalho que já tinha sido iniciado com o LEADER I, agora mais focado na criação de emprego, respondendo a necessidades não satisfeitas, mas a lógica é sempre a mesma: passar informação, ouvir as pessoas quando elas têm alguma ideia, apoiá-las nos primeiros passos, ajudá-las a clarificar as suas ideias, ajudá-las a detectar os problemas e necessidades, estabelecer pontes entre as pessoas e os grupos da comunidade, serviços ou entidades

exteriores que são necessárias para a concretização dessas ideias. É todo esse trabalho de intermediação e mobilização da própria população que é assegurado pelos animadores.

Que tipo de actividades foram até este momento concretizadas no âmbito da Animação Local?

Um animador é aquela pessoa que é capaz de estar atenta na sua comunidade às necessidades, às ideias, às movimentações, às possibilidades de articulação das coisas e que depois apoia as pessoas, as entidades e as iniciativas para que estas possam avançar e concretizar-se. Isso pode traduzir-se no apoio a promotores que têm projectos económicos, por exemplo, alguém que quer fazer uma padaria, uma salsicharia ou que quer montar uma pequena loja para venda de produtos locais ou que quer fazer um restaurante ou montar uma actividade de animação turística, mas também se pode traduzir em termos de apoio a uma Associação Local que quer avançar com um serviço de apoio a idosos ou criar actividades para as crianças ou para os jovens. Também se pode traduzir – e em muitos casos traduz-se – por exemplo, no apoio a grupos locais que querem reanimar uma festa tradicional ou que querem criar uma Feira de Artesanato, fazer um Festival ou retomar a antiga tradição dos “Mastros”. Passa também pela produção de boletins que fazem chegar a informação às pessoas, que lhes dão a conhecer os instrumentos financeiros a que elas podem recorrer, que as levam a perceber que a sua freguesia não é uma realidade estática, que há coisas que acontecem, que dão a conhecer a riqueza em termos de património ambiental e cultural, em termos de pessoas que têm saber-fazer importantes. A animação passa ainda por apoiar, por exemplo, produtores que já estão instalados mas que ainda não estão legalizados, no sentido de legalizarem as suas actividades, quer se trate de um produtor de aguardente de medronho, de um caprinicultor cuja mulher transforma o leite em queijos. O seu trabalho poderá passar ainda por acompanhar projectos de demonstração. Há projectos de investigação destinados a favorecer a valorização dos produtos locais, mas como parte da investigação se faz em laboratório e o laboratório é uma realidade muito distante para os produtores, é necessário que essas experiências sejam replicadas em situação real, nas próprias explorações dos produtores, em situação de demonstração, para que aqueles produtores possam ver e verificar com os seus próprios olhos que aquelas coisas fazem sentido numa situação real de produção; e dessa forma os produtores convencem-se que, de facto, o que se lhes está a propor é uma coisa razoável e que poderá vir a melhorar as suas produções, a qualidade dos seus produtos e os seus rendimentos. O animador poderá estar

Institut Paulo Freire de Espanya · https://www.rizoma-freireano.org/o-desenvolvimento-local-como-processo-educativo-a-intervencao-da-associacao-in-loco-na-serra-do-caldeirao/ · Licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

envolvido no acompanhamento destas experiências, destes produtores que funcionam como demonstradores. O animador tem também muitas vezes a função de divulgar junto dos produtores os resultados obtidos em laboratório. O animador é também alguém que tem de mobilizar os produtores para virem a feiras vender os seus produtos, tem de os ajudar a dar a melhor imagem aos seus produtos, arranjar recipientes convenientes, devidamente etiquetados, com um preço correcto, tem de os ajudar no local da feira a dispor os seus produtos da forma mais atractiva, tem de os acompanhar de maneira a que eles sejam capazes de estabelecer um contacto proveitoso com o público para perceber a receptividade que existe por parte do público em relação aos seus produtos e que alterações podem eventualmente ser introduzidas de maneira a tornar os produtos mais atractivos, portanto, o animador faz todo este trabalho.

Com actividades tão variadas e em áreas tão diversas, como é que se pode delinear o perfil do animador? Que critérios é que tiveram em conta para os selecionar?

Nós tentámos, na medida do possível, encontrar pessoas que já estavam implicadas em processos de animação local, pessoas que já estavam ligadas a associações, que em pequenas tinham começado a dançar em ranchos folclóricos ou então que davam uma ajuda nas festas da igreja ou que já iam ajudar a fazer a contabilidade da associação que se ocupa dos idosos. Portanto, eram pessoas que na generalidade já se interessavam de alguma forma pela sua comunidade. Tratava-se de pegar nessas pessoas que já tinham manifestado esse desejo de trabalhar ao serviço da população da sua freguesia e permitir-lhes, através da formação, uma capacitação para fazerem esse trabalho de uma forma cada vez mais correcta e eficaz e de algum modo com um enquadramento teórico. Portanto, que não se tratasse apenas de uma boa vontade, de uma boa disposição do coração, mas que fosse também um trabalho com alguma qualidade e coerência em termos profissionais. É aí que entra a formação. Pessoalmente, estou convencida que se existe essa abertura, essa apetência para o trabalho comunitário por parte do animador, a formação faz o resto. Fazendo projectos, apoiando promotores, participando em reuniões, sendo envolvidos em processos de negociação com entidades locais, com serviços, eles vão aprendendo a fazer essas coisas. Simultaneamente, se puderem aceder a uma formação em sala, neste caso através do LEADER e agora através do ALICE, toda essa aprendizagem empírica vai sendo formalizada e organizada através de conceitos, metodologias e instrumentos. (…)

A Rede de animadores é algo original iniciado pela in Loco?

 Licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

Tanto quanto sabemos não existia em Portugal nenhum outro grupo LEADER com uma Rede de Animadores e pensamos que mesmo na Europa também não havia um tal investimento em animação, tanto assim que a parte do orçamento dos LEADER dedicado à animação era relativamente pequena. Provavelmente porque reconheceu a importância desta componente, a própria Comissão Europeia, no LEADER II, exigiu que determinada percentagem do orçamento fosse destinada à animação, quando não existia nenhuma exigência nesse sentido no LEADER I. Portanto, nós devemos ter sido o grupo que no LEADER I mais investiu na componente da animação e é um facto que no LEADER I nenhum outro grupo tinha uma estrutura de animação com as características do Projecto da In Loco LEADER/ ARRISCA. Agora a questão da animação e da necessidade da animação não é uma invenção da In Loco. Muita gente sente isso, mas normalmente não traduz a necessidade que pode sentir num esforço de criação de uma estrutura tão completa, abrangente e sistemática como se passou connosco.

Como é que avalia todo este processo de Animação Local?

A avaliação faz-se a mais do que um nível. Há um nível que é o dos resultados palpáveis, os projectos que foram aprovados, quer projectos LEADER, quer projectos que entram noutros programas e foram encaminhados pelos animadores e aprovados. Mas há outro nível de avaliação que provavelmente não é tão óbvio para a maioria das pessoas mas que, do meu ponto de vista, é mais importante, ou seja, uma estrutura de animação que passa a existir por todo o lado, embriões e nucleozinhos de desenvolvimento, pessoas, ou em alguns casos grupos de pessoas, que começam a pensar em termos de desenvolvimento da sua própria comunidade. Isso quer dizer que há esperança em que o processo de desenvolvimento deixe de ser qualquer coisa que é estimulada do exterior e passe a ser um processo endógeno, assumido de facto pela própria população, em que grande parte das iniciativas brota claramente do interior das comunidades. Penso que dentro de dez anos o panorama da Serra a esse nível será completamente diferente. Quando começámos o nosso trabalho, tínhamos de convencer as pessoas que era possível fazer alguma coisa, e pouco a pouco foram surgindo alguns grupos, mas éramos sempre nós que do exterior dizíamos “vamos lá para a frente” e as pessoas realmente iam-se organizando e encontrando respostas para as suas necessidades. Hoje em dia, as pessoas já começam elas próprias a procurar o animador porque querem fazer coisas e este é um salto essencial. Penso que neste momento há um grupo de pessoas espalhadas pela Serra que têm esta consciência, esta atitude, esta crença de que é possível fazer coisas e alguns dos animadores têm a

Institut Paulo Freire de Espanya · https://www.rizoma-freireano.org/o-desenvolvimento-local-como-processo-educativo-a-intervencao-da-associacao-in-loco-na-serra-do-caldeirao/ · Licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

capacidade técnica para transformar essa crença numa realidade. Ao pensar em todos os investimentos que foram feitos ao longo destes anos, penso que a Animação Local será dos investimentos mais bem feitos, se no final houver na Serra um grupo de jovens motivados e capacitados para trabalhar pela sua terra. Esse terá sido com certeza o resultado mais interessante, o grande fruto de todo este trabalho. Mais que os projectos concretos, embora estes sejam muito importantes, não só pela melhoria de rendimento que representam, mas também pelo efeito demonstrativo que asseguram (…) De certa forma, cada promotor de projecto é um agente de desenvolvimento, porque ele próprio acredita que é possível mudar as coisas e porque funciona como exemplo para os outros. De qualquer modo, os animadores são agentes de desenvolvimento de segundo grau, porque eles não só acreditam como têm a capacidade técnica para efectivamente transformar as ideias em projectos reais e, nesse aspecto, penso que todo o esforço para montar uma estrutura de animação é um esforço que faz todo o sentido e que realmente vai dar frutos.

Epílogo

Estamos agora em 2020. O que se poderá hoje comentar ou referir relativamente à experiência acima relatada e que ocorreu fundamentalmente desde 1985 até uns dez anos atrás? Da forma mais sucinta possível, temos de reconhecer que a evolução nos anos mais recentes foi profundamente negativa a vários títulos, nomeadamente, quanto à abertura à criatividade e inovação social e à natureza e alcance das práticas de Educação de Adultos e de Desenvolvimento Local que, anteriormente, eram potenciadas por uma relativa autonomia de acção por parte de organizações da sociedade civil, tais como a Associação In Loco.

Os Estados-Membros conseguiram liquidar os chamados Programas de Iniciativa Comunitária (como HORIZON, NOW e, numa maior dimensão, LEADER e EQUAL), que permitiam uma ligação directa entre a Comissão Europeia, em Bruxelas, e milhares de entidades de base local, experientes e conhecedoras das características dos respectivos territórios.

Os fundos foram nacionalizados e os programas subsequentes foram centrados e concentrados na administração pública. E, no caso de Portugal, na administração pública central, tradicionalmente centralista.

Assim, as organizações da sociedade civil que conseguiram sobreviver em tais circunstâncias ou garantiram uma ligação directa às respectivas autarquias ou

passaram a comportar-se como meras extensões do poder central. Em ambos os casos, perderam a relativa margem de autonomia que outrora possuíram e lhes permitia adequar razoavelmente os programas aos contextos sociais e ambientais em que intervinham. Para o poder central, tratou-se agora de subcontratar, a baixos custos, agências com muita experiência e saber-fazer para a execução de medidas exaustivamente pré-formatadas, porque a tecnocracia centralizadora "tem medo do vazio". A Animação Territorial deixou de ser apoiada financeiramente e, em contrapartida, as organizações locais passaram a desempenhar um papel predominantemente fiscalizador: dos documentos a apresentar pelos candidatos a subsídio, da respectiva situação tributária, da aplicação restrita de todos os regulamentos... Perdeu-se a margem para a concepção e testagem de estratégias integradas e de metodologias participativas. E, com isso, se esvaiu a dimensão potencialmente educativa das intervenções socioeconómicas à escala local. E também a intenção de capacitar as comunidades para uma postura de resistência ao despovoamento e à desertificação.

À possibilidade de dinâmica de desenvolvimento integrado, numa base inter-sectorial, visando a autonomia gradual de pessoas e suas comunidades, sucederam as intervenções tecnocráticas, fragmentadas e individuais, que apressaram o êxodo rural.

A Associação In Loco, surpreendentemente, até sobreviveu, como associação de cidadãos e livre de enfeudamentos, mas pagando por isso um elevado preço, pois foi forçada a abdicar da sua missão de origem, em que sempre procurara promover simultaneamente a melhoria das condições de vida das comunidades locais, as práticas de auto-organização e a elevação dos conhecimentos, das competências e da cidadania activa em todos os participantes. Em termos de Educação de Adultos, a In Loco ainda conseguiu envolver-se em algumas medidas específicas, como cursos de formação profissional e cursos EFA e também como Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (e, mais tarde, Centro Novas Oportunidades). Esta última função teve, porém, de ser descontinuada, em virtude do modo de funcionar (e de (sub)financiar) da entidade de tutela, que discriminou claramente as pequenas organizações da sociedade civil.

Recentemente, surgiu um trabalho que melhor se aproximou do "ADN" da In Loco: por um lado, a defesa e promoção da Dieta Mediterrânica e, num projecto distinto mas afim, a campanha "Produzir e Consumir Local". São, finalmente, formas de intervenção que vieram de novo potenciar abordagens de natureza educativa e de alcance integrador, tais como "Educação para a Saúde" ou "Educação Ambiental".

E as pessoas? E os empreendimentos então lançados?

A equipa central foi perdendo números, quer pela míngua de financiamentos, quer pela lei natural do envelhecimento. Quanto aos animadores, foram-se integrando em organizações locais – associações e autarquias, tendo alguns também ascendido a posições na estrutura da própria In Loco, nomeadamente na Direcção. Duas animadoras souberam ultrapassar com enorme esforço as desvantagens iniciais em termos de baixa escolaridade e concluíram com sucesso um curso de ensino superior, Educação e Intervenção Comunitária, posteriormente designado Educação Social. Uma delas foi entretanto eleita Presidente de Junta de Freguesia, o mesmo acontecendo com uma das formandas do curso de tecelagem.

No que se refere mais particularmente à Educação de Adultos, foram muitos os residentes (maioritariamente, *as* residentes) na área de intervenção que vieram a frequentar com sucesso processos de RVCC, tanto na In Loco como noutros centros da vizinhança. Acresce que a própria concepção desta metodologia e deste sistema ficou muito a dever à descoberta feita durante os anos de trabalho comunitário pelos autores deste texto relativamente aos muitos e complexos saberes e competências desenvolvidos por pessoas que se diziam “ignorantes” e que quase não tinham, realmente, diplomas escolares para mostrar. Esta revelação, gerada pelo contacto quotidiano com as comunidades locais, foi fonte de inspiração quando, entre 1997 e 2000, Alberto Melo foi chamado a Lisboa para coordenar o Grupo de Missão encarregado de dar uma nova orientação à política pública de Educação de Adultos. Os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Chave (mais tarde, Centros Novas Oportunidades, Centros de Qualificação e Ensino Profissional e Centros Qualifica) muito ficaram assim a dever aos conhecimentos e competências demonstradas pelas populações do interior rural algarvio. Por outro lado, as metodologias de formação então testadas estiveram também na base da concepção dos futuros Cursos de Educação-Formação de Adultos (Cursos EFA) igualmente arquitectados em 1998-1999 pelo mesmo Grupo de Missão e, tal como a Rede de CRVCC, implementados pela ANEFA entre 2000 e 2002.

Subsistem ainda várias actividades económicas lançadas no âmbito da intervenção da In Loco, nomeadamente, na produção de doces e bolos, na manufactura artesanal de jogos, brinquedos e bijuteria em madeira, na carpintaria, na restauração, na produção de aguardentes e licores, na tecelagem manual, no turismo em espaço rural… Como se mantém igualmente a Feira da Serra, que fora criada pela In Loco em 1992 para escoar as produções locais e hoje se realiza, por

iniciativa das respectivas Câmaras Municipais, em S. Brás de Alportel, a de Verão, e em Loulé, a de Inverno.

Quanto aos autores deste trabalho, mantém laços muito fortes com antigos colegas, assim como com muitos residentes nos territórios de intervenção, vivenciando um forte mas sereno sentimento nostálgico pelos tempos heroicos e pioneiros e conservando um vínculo simbólico, mas que não deixa de ser uma linha de continuidade indelével, com a organização, a sua missão e a sua história, como membros da Mesa da Assembleia Geral da Associação In Loco...

Notas

[1] Por questões de economia de texto e de leveza de leitura, utilizaremos sistematicamente a forma masculina, muito embora tenha sido sempre maioritariamente feminina a participação nestes processos, quer no que se refere aos residentes, quer aos membros da equipa central de intervenção.